

PARQUE ESTADUAL DO MENDANHA COMO UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BARREIRAS E AS POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO A PARTIR DA POPULAÇÃO LOCAL

Luiz Alexandre Monteiro Alves¹

Resumo

O Brasil é um país considerado biodiverso e a existência de tantos recursos naturais e minerais de fácil acesso fez com que muitas áreas naturais fossem destruídas para atender as atividades humanas que só cresciam. A presença de recursos fundamentais a uma vida de qualidade e a rápida eliminação desses fez com que o governo brasileiro criasse as Unidades de Conservação (UC), como estratégia extremamente eficaz para a manutenção dos recursos naturais e, dentre essas UCs criadas, está a Área de Proteção Ambiental (APA) de Gericinó-Mendanha, considerada uma área de proteção integral, onde o foco é a proteção da natureza com regras severas, o que gera inúmeras polêmicas com a população local residente.

Palavras-chave: Proteção. Unidade. Conservação. Parque.

Abstract

Brazil is a country considered biodiverse and the existence of so many natural resources and minerals of easy access caused that many natural areas were destroyed to attend the human activities that only grew. The presence of fundamental resources to a life of quality and the rapid elimination of these Has made the Brazilian government to create Conservation Units (UC) as an extremely effective strategy for the maintenance of natural resources and among these created CUs is the Gericinó-Mendanha Environmental Protection Area (APA), considered an integral protection area , Where the focus is the protection of nature with severe rules, which generates numerous controversies with the resident local population.

Keywords: Protection. Unit. Conservation. Park.

¹ Aluno 7º período Licenciatura em Geografia da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC).
E-mail: lalexandre26@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho começa por expor a importância da criação e do trabalho das Unidades de Conservação (UCs) dentro do território brasileiro, as quais possuem uma infinidade de ecossistemas de extrema importância para a manutenção de fatores fundamentais à vida e pela presença de inúmeros recursos considerados muito valiosos, mostrando desde o porquê de essas UCs terem sido criadas até o importante trabalho que desempenham, tendo como principal foco da pesquisa o Parque Estadual do Mendanha, que é considerada a maior unidade de proteção integral dentro do Rio de Janeiro, criada com o objetivo de possibilitar a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e recreação em contato com a natureza, e tudo isso vem sendo incentivado e realizado.

Busca-se discutir também as barreiras criadas à população residente no Parque Estadual do Mendanha, logo depois que este virou uma área de proteção integral, tentando observar os dois lados: o do pequeno agricultor, o qual já morava na localidade muito antes da criação do parque e, hoje, vem passando muitas dificuldades com a família para conseguir sobreviver sem poder retirar da natureza o próprio sustento, atividade que desempenhou a vida toda, e o lado ambiental estabelecido pelo Estado e órgãos ambientais, os quais não estão nem um pouco interessados na situação dessas pessoas e só impõem barreiras, gerando descontentamentos e polêmicas.

Além disso, deixar claro também a importância da Educação Ambiental como forma de preservação muito eficaz a partir da população local, vista como relevante dentro de uma unidade de conservação, levando em consideração que os moradores podem contribuir muito para a manutenção do parque, ao adquirirem uma consciência ecológica e passarem a realizar suas atividades de forma sustentável, ensinando aos próprios filhos e pessoas que forem visitar o parque a agirem da mesma forma.

As unidades de conservação

Segundo informações do site do ministério do meio ambiente, o Brasil é um país considerado biodiverso, onde são encontrados importantes ecossistemas que influenciam de forma muito direta no clima do país e apresentam também recursos de extrema importância para que a população nacional possa ter uma vida de qualidade. A presença de tantos recursos fundamentais e a rápida eliminação desses nos últimos anos fez com que o governo brasileiro

criasse as Unidades de Conservação (UCs), as quais são demarcadas e passam a ser protegidas e administradas pelas esferas municipal, estadual ou federal, sendo classificadas de duas formas:

Unidades de Proteção Integral: Nesse tipo de unidade, o foco é a proteção da natureza, contendo, por isso, regras bem restritas, apenas sendo permitido o uso dos recursos naturais sem fins de consumo. As únicas atividades permitidas são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. As categorias de proteção integral são: estações ecológicas, reservas biológicas, parques, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre.

Unidades de Uso Sustentável: São áreas que visam a preservação da natureza, juntamente com o uso sustentável dos recursos naturais dela. Nessas unidades, são permitidas a extração dos recursos, desde que seja de forma sustentável, assegurando, dessa forma, que nunca acabem, e a manutenção dos processos ecológicos.

As UCs são uma estratégia extremamente eficaz para a manutenção dos recursos naturais a longo prazo. Para atingir esse objetivo de forma efetiva e eficiente, foi instituído o Sistema Nacional de Conservação da Natureza, com a criação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das UCs, pois, a partir delas, regras bem rígidas começaram a funcionar nessas áreas naturais, definidas pelo site do Ministério do Meio Ambiente da seguinte forma:

As unidades de conservação (UC) são espaços delimitados, com características naturais de grande relevância, através delas, heranças significativas e ecologicamente importantes das diferentes populações e ecossistemas do território nacional são preservadas de forma a manter o patrimônio biológico existente. Elas têm normas e regras muito rígidas, criadas pelos governos federal, estadual e municipal após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e consulta em alguns casos da população. (MMA, 2000)

O Ministério do Meio Ambiente exige também que, depois de criada uma unidade de conservação (UC), deve ser implantado um plano de manejo em um prazo máximo de cinco anos para que haja um planejamento das práticas adotadas em função dos objetivos gerais pelos quais ela foi criada. Esse plano é um documento elaborado a partir de vários estudos do meio físico, biológico e social e vai estabelecer as normas, restrições do uso dos recursos naturais.

O plano de manejo amarra como uma das medidas mais importantes o zoneamento da UC, que organiza o espaço dela em zonas sob diferentes níveis de proteção e regras de uso;

também inclui medidas para promover a integração dessa à vida econômica e social das comunidades vizinhas, o que é primordial para que tenha sucesso, além de frisar as regras de visitação.

Segundo o site do Instituto Brasileiro de Sustentabilidade (INBS), além do plano de manejo, quando uma UC é criada, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece critérios e normas. Assim, leis muito rígidas começam a vigorar e, dentre essas, estão as seguintes:

Lei nº 9605 de 12/02/1998 – Responsável pela reordenação da legislação ambiental brasileira no que se refere as infrações e punições. Dentre varias inovações e determinações, destaca-se por exemplo, a possibilidade de penalização das pessoas jurídicas no caso da ocorrência de crimes ambientais estipulados pela própria lei. (Lei 9605.1998)

Lei nº 12.651 de 25/05/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, tendo revogado o Código Florestal Brasileiro de 1965. Desde a década de 1990, a proposta de reforma do Código Florestal suscitou polêmica entre ruralistas e ambientalistas. (Lei 12651.2012)

Essas leis vigoram no Brasil, porém, existem pessoas que moram dentro de áreas que hoje são UCs bem antes de essas serem criadas e o Estado não pode simplesmente tirar esses povos sem garantir uma habitação digna, como amarra a **Lei nº 11.124, de 16/06/2005**. Essa situação pode ser visualizada na APA de Gericinó-Mendanha, foco desta pesquisa, a qual é uma Unidade de Proteção integral, onde moradores locais sofrem com rígidas restrições às suas atividades de subsistência, fato que gera muita polêmica.

Parque Estadual do Mendanha como Unidade de Proteção Integral e as polêmicas geradas com a população local

Conforme relatos de Carlos Dário², antigo gestor do Parque, no relevo da cidade Rio de Janeiro existem três maciços: o maciço da Tijuca, o maciço da Pedra Branca e o maciço de Gericinó, como mostra a figura 1. O Parque Estadual do Mendanha faz parte do maciço de Gericinó e possui a floresta de Mata Atlântica mais bem preservada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; porém, atualmente, a localidade vem sofrendo com pressão fundiária, empreendimentos imobiliários, caça ilegal de animais silvestres e outras pressões antrópicas, como a ocupação frequente de áreas irregulares, o que leva a problemas de infraestrutura e

² A entrevista com Carlos Dário, antigo gestor do Parque Estadual do Mendanha, aconteceu em uma das salas da FEUC, durante um dos encontros do Projeto de Iniciação Científica, onde foram feitas perguntas diversas sobre a APA de Gericinó-Mendanha.

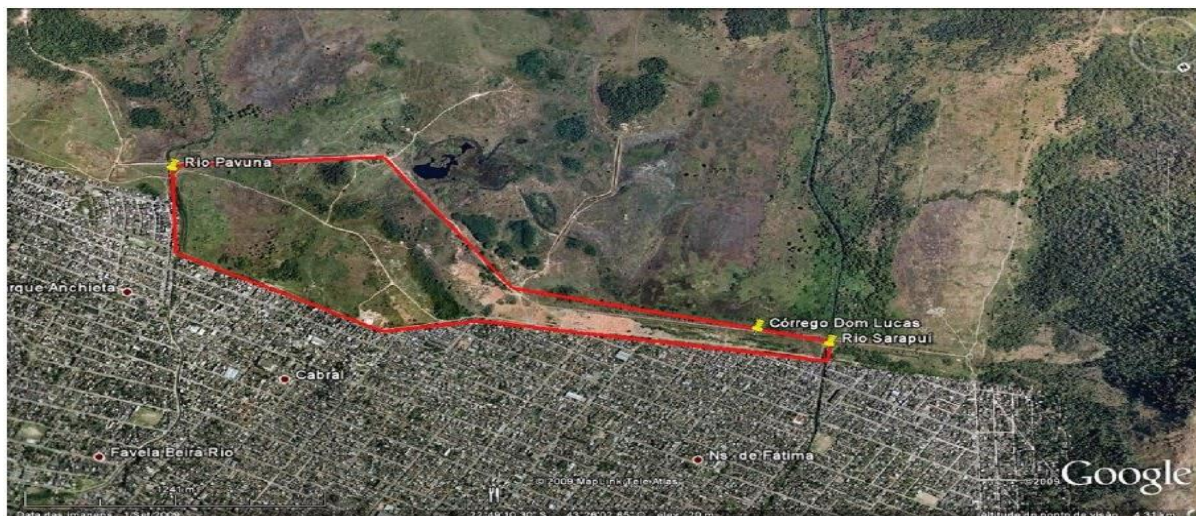
segurança, caracterizando um processo de favelização, que se agrava cada vez mais com a crescente expansão urbana da Zona Oeste.

Figura 1: Imagem dos maciços presentes no relevo da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte:Maciços cariocas. Mapas turísticos da Riotur.

Figura 2: Imagem da área de estudo.



Fonte: Plano de manejo do Parque Natural do Gericinó Google Earth.

Segundo o site do Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea), a Área de Proteção Ambiental (APA) de Gericinó-Mendanha foi criada em 12 de julho de 1988, implantada pelo decreto n° 38183, de 05 setembro de 2005. Houve também a criação do parque, que foi implantado pelo decreto estadual n° 44342, de 22 de agosto de 2013, com uma área de 4398,10 hectares, que engloba o Maciço do Gericinó-Mendanha, encontrado nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita e bairros de Bangu e Campo Grande, considerada uma área de proteção

integral, onde o foco é a proteção da natureza, contendo um plano diretor, projeto básico de zoneamento e regras de ocupação e proibições de atividades predatórias, como a caça e o desmatamento. Com isso, ainda são encontradas muitas áreas bem preservadas, como: Morro do Marapicu, Mendanha e Madureira.

Por outro lado, baseado em dados coletados no Projeto de Iniciação Científica da Feuc, iniciado no 2º semestre de 2014, em que o foco da pesquisa foi o Mendanha, durante algumas entrevistas com moradores locais, foi observado que essas leis criadas depois da criação do parque nem sempre são justas e aplicadas a todos os habitantes residentes na área, considerando que os pequenos proprietários (camponeses) locais, que muitas vezes viveram naquele local a vida toda e se dedicaram inteiramente em uma pequena porção de terra, sem ter salário fixo, usando como mão de obra a própria família, ficaram restringidos de fazer atividades que sempre realizaram, como: captar água livremente, criar seus animais para prover a alimentação da própria família, cortar uma árvore para fazer algum tipo de reparo no sítio, cortar algumas espécies vegetais dentro da sua propriedade para poder plantar, enfim, de qualquer tipo de prática que, de alguma forma, agredisse a vegetação nativa.

Em contrapartida, dentro da mesma área, grandes proprietários conseguem liberação dos órgãos ambientais para fazer as mesmas práticas, fato que gera grande descontentamento, conforme relato de Whashington, morador local, em entrevista³:

O governo cria e descreia sempre para desfavorecer, grandes sítios, gente com grana que tem ai, acimenta tudo, sai derrubando árvore, mas a gente não pode. Não pode derrubar uma árvore para plantar. Não pode derrubar uma árvore para fazer de suporte para minha casa não cair. Vê se ele não tem poço lá. Tem poço de 20, 30, 40 metros! Eu não posso fazer isso para molhar minhas plantas ou para beber. (DUTRA, W, 2014)

Segundo Carlos Dário, antigo gestor do parque, nos últimos anos a criação de animais e plantações feitas pela população local, caça ilegal e os balões ameaçam o equilíbrio do ecossistema local, fator que faz a população residente ser vista negativamente; porém, essas pessoas já construíram uma vida ali e ajudaram a melhorar aquela área, construindo um vínculo com aquele lugar. São basicamente famílias humildes, alguns nasceram na região, sendo filhos de antigos agricultores da área, e outros já ligados à agricultura foram para o Mendanha com suas famílias com a intenção de adquirir um pequeno pedaço de terra para produzir seus

³ A entrevista com Whashington Dutra, morador do Mendanha, aconteceu em um trabalho de campo do Projeto de Iniciação Científica na própria casa dele, onde foram feitas perguntas relativas à vida das pessoas que lá residem, antes e depois da criação do parque.

produtos agrícolas. Na maioria dos casos, essas pessoas que foram para a região com o intuito de produzir largaram tudo o que tinham onde estavam para começar uma nova vida, formando, assim, uma população muito pobre no local, fato relatado pelo Sr. Juvenal, morador local, em entrevista⁴:

Eu sou Juvenal de Andrade, nascido aqui nessas terras, em 1943. Meus pais chegaram aqui oriundos de Portugal, onde começaram a trabalhar com agricultura, principalmente, laranja e banana. Antes, voltando ao tempo da escravidão, aqui, tudo era plantação de café. Hoje em dia, virou floresta do Estado.(ANDRADE, J. de, 2014)

Embora ainda existam alguns representantes, a vida no Mendanha para a população residente na área do parque é muito complicada. Existem problemas como a falta de políticas do governo e, além disso, o distanciamento do local, por se tratar de uma área rural, faz com que o acesso a boas escolas, hospitais e demais serviços importantes fique extremamente difícil, fato que leva, muitas vezes, o morador a se virar como pode, estudando o quanto é possível, tratando-se em casa quando fica doente e aquele que sabe fazer algo para melhorar a estrutura da região procura fazer. Não existe, no parque, uma administração local; pessoas mais próximas procuram ajudar umas às outras, observando se o vizinho está precisando de ajuda ou se está sendo vítima de roubo ou de algum outro tipo de violência. Todos esses problemas já seriam suficientes para as pessoas que vivem no Mendanha procurarem outro local e um tipo de trabalho diferente, fato relatado por Marta, moradora local, em entrevista⁵.

Eu gosto muito do lugar, embora difícil, longe o acesso das coisas, porque só tem em Campo Grande. Quando a gente vai comprar alimentos, tem que trazer de lá, com peso, com dificuldade. É tudo muito difícil. A escola é precária, só tem escola primária. O ônibus é difícil acesso, demora muito. Muitas das vezes, as crianças perdem aula. O progresso aqui é muito difícil. E também a nossa dificuldade de não ter água ou qualquer tipo de ajuda. Somos sozinhos. (CONCEIÇÃO, M. da, 2014)

Toda essa proibição do lugar, amparada pelas leis ambientais, somada aos problemas de infraestrutura, está fazendo com que muitos pequenos proprietários locais resolvam vender seus sítios e busquem uma nova forma de vida, pois, no momento de vender o que é produzido, não são compensados – lucrativamente – o tempo gasto e o dinheiro investido. Diante desses

⁴ A entrevista com Juvenal de Andrade aconteceu em um outro trabalho de campo do Projeto de Iniciação Científica na própria casa dele, onde foram feitas perguntas relativas à história do lugar e às principais transformações que ele vivenciou.

⁵ A entrevista com Marta da Conceição, esposa de Whashington Dutra, aconteceu na casa dela, onde foram feitas perguntas relativas a como ela se sentia morando na área do Parque, se pensava ter uma vida diferente em um outro lugar.

problemas, juntamente com a crescente urbanização da Zona Oeste e as infinitas possibilidades apresentadas dentro de uma cidade, esse contexto vem fazendo com que agricultores larguem a agricultura e procurem empregos nas cidades; não só os agricultores, como os filhos destes também, fato relatado por Whashington, morador local, em entrevista: “Isso aqui tinha muito mais gente morando, mas, pelas dificuldades, muitos preferem sair para trabalhar como motoristas ou faxineiros, porque manter na agricultura é muito difícil.” (DUTRA, W., 2014)

Mesmo assim, ainda existem pessoas que insistem na agricultura familiar dentro do Mendanha, por se sentirem úteis na própria contribuição para melhora do lugar sob vários aspectos, inclusive, o de preservação, além de ser a atividade que eles melhor sabem desempenhar, sendo muito difícil recomeçar, fazendo outra atividade, em algum lugar diferente. Contudo, mesmo com todo o esforço dessas pessoas, a tendência é o fim desses pequenos agricultores, visto que os filhos destes não olham com bons olhos a manutenção dessa prática, pois acreditam que a agricultura é desvantajosa e pouco lucrativa, buscando cada vez mais a vida fora do Mendanha. Na verdade, não são apenas os jovens que estão buscando a vida fora; vários donos de sítios estão abandonando propriedades ou vendendo por um preço muito baixo e buscando fazer a vida em outro lugar.

A Educação Ambiental como medida eficiente de conscientização dos brasileiros com relação à preservação do meio ambiente

Diante dos fatos analisados na pesquisa, foi observado que a Educação Ambiental (EA) seria um processo eficaz, pois despertar a consciência ecológica na população local, residente nas áreas de UCs, é uma das melhores maneiras de perpetuar a ideia de preservação, levando em consideração que existe a pretensão de contribuir para o amadurecimento e a construção de um caminho de transformação social, conforme aborda o site do IBAMA:

A expansão urbana é crescente nessa região, tornando a Educação Ambiental uma forma eficaz de manutenção do parque, pois despertar a consciência ecológica na população local é uma das maneiras de perpetuar a ideia de preservação ecológica. A Educação Ambiental tem a pretensão de contribuir para o amadurecimento, crescimento e fortalecimento do saber, da ação, da reflexão e na construção de um caminho de transformação social, uma vez que é parte do processo de conscientização de preservação ecológica.(IBAMA, 2002)

Dentro da APA de Gericinó-Mendanha, a prática da Educação Ambiental seria uma excelente iniciativa como forma de conscientização da população residente na área do parque, onde, ao invés de apenas sofrerem com severas restrições, essas pessoas poderiam aprender a

praticar suas atividades de forma sustentável e também ensinar aos próprios filhos e visitantes a prática da preservação, fato que vem acontecendo no Mendanha. O Parque, por sua vez, cria ações e atividades conscientizadoras, que incluem moradores locais, além de diversas escolas públicas e privadas da região, também possibilita a visita de professores e estudantes de faculdades com interesses diversos nesse tema.

Na Constituição Brasileira de 1988, está presente a inclusão da Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino. Por iniciativa do Ministério da Educação, como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, essa deve ser desenvolvida a fim de ajudar aos estudantes a construir uma consciência global sobre as questões do meio ambiente, para que possam assumir valores referentes à sua proteção e melhoria.

Quando abordada adequadamente dentro das escolas, ela costuma desenvolver o pensamento do estudante; logo, este pode interligar os conhecimentos que aprende na disciplina com a sua realidade cotidiana. Sendo assim, a perspectiva ambiental oferece instrumentos para que o aluno compreenda problemas que afetam a sua vida e do mundo em que vive.

Atualmente, a Educação Ambiental é considerada como campo de ação pedagógica, compreendendo essa como Plano de Ação para educar e conscientizar a sociedade e, assim, solucionar os problemas do meio ambiente. Pode se dizer que aí nasce o que se convencionou chamar de Educação Ambiental.

Ainda assim o Brasil está longe de resolver os problemas ambientais, considerando que é um país urbano e industrial, com a maior parte da população concentrada nas grandes cidades, nas quais a poluição do ar e a degradação dos recursos hídricos aparecem como grandes problemas, como verificamos no fragmento abaixo:

O crescimento econômico acelerado tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek o erigiu em ideologia dominante através da palavra de ordem: "avançar 50 anos em 5". A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascensão dos países em desenvolvimento. (VIOLA,1986).

Considerações finais

O presente estudo alcançou o objetivo a fim de analisar de forma mais ampla as ações e práticas no Parque Estadual do Mendanha, tratando-se de uma Unidade de Proteção Integral, caracterizando as barreiras e possibilidades de preservação a partir da população local.

O objeto da discussão foi dividido em três momentos. O primeiro apresentou os tipos de Unidade de conservação, o trabalho feito dentro delas e a rígida legislação brasileira, referente às leis ambientais, dentro de uma Área de Proteção Integral.

O segundo momento da discussão, referente às Unidades de Conservação, trouxe a questão do Parque Estadual do Mendanha como Unidade de Proteção Integral e as polêmicas geradas com a população local. Buscou mostrar que já existia gente morando no Mendanha antes da criação do parque e, através disso, trazer uma discussão, expondo tanto o lado dos moradores como o ambiental.

O terceiro e último momento trouxe a questão da Educação Ambiental como uma medida eficaz para tentar resolver as questões entre a APA de Gericinó-Mendanha e os moradores, mostrando que há a possibilidade de preservação a partir da população local.

Ainda assim, a situação atual dos mais antigos que residem dentro de UCs, a exemplo do Mendanha, que tem leis ambientais rígidas, é muito difícil. No modelo de parques nacionais naturais que é estabelecido, o ser humano só seria admitido como visitante, nunca como morador: um mero espectador da natureza virgem.

A partir desse ponto, a perspectiva de continuidade da pesquisa seria no aprofundamento da questão dos empreendimentos imobiliários e do processo de favelização crescente em volta da área do parque, os quais geram consequências negativas, reflexo do rápido processo de expansão urbana da Zona Oeste, além de buscar qual seria uma possível solução mais cabível e justa para a situação atual dos moradores residentes na APA Gericino-Mendanha.

Referências Bibliográficas

ALVES, Luiz Alexandre M.; SILVA, R. S. de A.; BRASILINO, Raquel dos S.; MILHOMENS, Cesar A. **Relatório de pesquisa: Parque Estadual do Mendanha através da história oral.** (Projeto de iniciação científica). 2014/2016.

BRASIL. Lei Federal N° 9985 de 18/07/2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 20 de mar.2017

BRASIL.Lei Federal nº 11.124, de 16/06/2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em 11 de abr. 2017

IBAMA. Como o Ibama exerce a educação ambiental/ Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: Edições Ibama,2002. Disponível em:

<<http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1366507498.pdf>>. Acesso em: 16 de abr.2017

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. APA de Gericinó-Mendanha.Disponível em: <http://200.20.53.3:8081/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008612>. Acesso em: 22 de abr.2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Unidades de conservação.Disponível

em:<<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>>. Acesso em:27 de abr.2017

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica.Disponível

em:<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm>. Acesso em:30 de abr.2017